ISA
25 anos

Unidos pela diversidade

E TERRAS
INDIGENAS NA AMAZONIA

TRF

RIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª RE

TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!

3 Apresentação

4 O jeito ISA de trabalhar

6 PROGRAMA XINGU
A ilha verde dos xinguanos

10 PROGRAMA RIO NEGRO
A valorização da cultura e do território

14 PROGRAMA VALE DO RIBEIRA
Roça tradicional garante alimento e conserva a mata

17 Nossa estante

18 Da floresta para o mercado

20 PROGRAMA PIB E MONITORAMENTO
Referência em áreas protegidas e povos indígenas

24 RAISG
Por uma visão integrada da Amazônia

26 PROGRAMA POLÍTICA E DIREITO SOCIOAMBIENTAL
Em defesa dos direitos dos povos da floresta

30 COMUNICAÇÃO
Mais alcance, mais impacto

Instituto Socioambiental (ISA)

Conselho Diretor: Deborah Lima (presidente),
Marina Kahn (vice-presidente), Beto Ricardo e Leão Serva

Secretário executivo: André Villas-Bôas

Conselho de Gestão Estratégica (CGE): André Villas-Bôas,
Adriana Ramos, Beto Ricardo, Bruno Weis, Deborah Lima,
Fábio Endo, Fany Ricardo, Jurandir M. Craveiro Jr., Leão Serva,
Marina Kahn, Marcos Wesley, Raquel Pasinato, Rodrigo Junqueira,
Silvia de Melo Futada

© ISA 25 anos, unidos pela diversidade

Edição e pesquisa: Maria Inês Zanchetta

Textos: Maura Campanili

Projeto gráfico e diagramação: Ana Cristina Silveira/Anacê Design

Pesquisa de fotos: Claudio Tavares e Maria Inês Zanchetta

Impressão: BMF Gráfica e Editora

Tiragem: 2 mil exemplares

São Paulo (sede)
Av. Higienópolis, 901, sala 30
01238-001, São Paulo (SP)
tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904
isa@socioambiental.org

Altamira
Av. João Pessoa, 3466 – Jardim
Independente II, 68372-235,
Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749
isaterradomeio@socioambiental.org

Boa Vista
Rua Presidente Costa e Silva, 116 –
São Pedro, 69390-670,
Boa Vista (RR)
tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441
isabv@socioambiental.org

Brasília
SCLN 210, bloco C, sala 112 – Asa Norte
70862-530, Brasília (DF)
tel: (61) 3035-5114
isadf@socioambiental.org

Canarana
Av. São Paulo, 202 – Centro
78640-000, Canarana (MT)
tel: (66) 3478-3491
isaxingu@socioambiental.org

Eldorado
Rua Nove de Julho, 71 – Centro
11960-000, Eldorado (SP)
tel: (13) 3871-1697 / fax: (13) 3871-1545
isaribeira@socioambiental.org

Manaus
Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar –
Largo do Teatro, Centro,
69010-230, Manaus (AM)
tel: (92) 3631-1244 / fax: (92) 3633-5502
isamanaus@socioambiental.org

São Gabriel da Cachoeira
Rua Projetada, 70 – Centro
69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM)
tel/fax: (97) 3471-1156
isasgc@socioambiental.org

/institutosocioambiental /socioambiental @socioambiental /socioambiental /socioambiental

Apresentação

O ISA completa 25 anos de existência em 2019 como uma organização consolidada de referência nacional e internacional na defesa dos direitos dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente. Nesse período, desde sua fundação, em 1994, muita coisa mudou. No país, no mundo e também na forma do ISA trabalhar.

De lá para cá, a organização se adaptou às exigências de um mundo cada vez mais digitalizado, incorporando novas linguagens, criando plataformas para melhor divulgar seu acervo de imagens, mapas e documentos, ampliando sua comunicação e mobilização com os diferentes setores da sociedade. E sem diminuir sua capacidade de pesquisa e produção de conhecimento, articulação política e defesa de direitos socioambientais, fortalecendo o trabalho em campo nas bacias do Rio Negro, Xingu e Ribeira e as parcerias estabelecidas com associações e organizações dos povos da floresta. Trabalhamos com elas e para elas.

Desde sua fundação, o ISA encara o desafio de buscar alternativas para a proteção e gestão territorial de Terras Indígenas e de povos tradicionais, para o fortalecimento da participação política destas comunidades e para a valorização de sua cultura e conhecimentos tradicionais, além de geração de renda.

Ao longo desses 25 anos, o ISA consolidou relações de confiança com parceiros indígenas, quilombolas e extrativistas, por meio de projetos que respondam às prioridades das próprias comunidades, monitorando ações no Legislativo, Judiciário e Executivo que impactem seus direitos. Mapas, livros, vídeos, monitoramento em tempo real e ações de mobilização também fazem parte do trabalho da organização para informar com credibilidade e engajar diferentes atores políticos e a sociedade em geral. O ISA trabalha na articulação de atores sociais diversos para propor políticas alternativas e promover o debate sobre o modelo de desenvolvimento em curso no país, tendo como objetivo a sustentabilidade socioambiental.

A revista que publicamos agora resume essa história e mostra a atual forma de atuação da organização, recuperando conquistas importantes, e o esforço em promover e articular iniciativas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Em tempos de graves retrocessos, reafirmamos nosso compromisso de luta em defesa dos povos da floresta, dos direitos constitucionais e da sustentabilidade socioambiental. Agradecemos a todos os que caminharam e caminham ao nosso lado e que ajudam o ISA a se tornar referência e fonte qualificada de informações. E convidamos a todos que partilham dos mesmos ideais a se juntarem a nós.

André Villas-Bôas
Secretário executivo do ISA

O jeito ISA

© Pedro Martinelli/ISA, 1997

(à esq.) Beto Ricardo (falando no rádio) e André Baniwa (de boné) durante demarcação da Terra Indígena Alto Rio Negro (AM)

(à dir.) Plantio de muvuca de sementes em área degradada na fazenda Rancho 60, em Bom Jesus do Araguaia (MT), durante a 3ª Expedição da Restauração Ecológica e da Rede de Sementes

Trabalho do ISA se baseia em projetos no campo com populações estratégicas para a conservação da floresta e atuação política e jurídica para garantir seus direitos

A abordagem socioambiental, que trata as questões ambientais considerando a presença humana, e a imagem de uma grande antena-raiz, ao mesmo tempo voltada para todo o Brasil e o mundo, mas com raízes nos territórios, definem a maneira de trabalhar do Instituto Socioambiental (ISA). Fundado em 1994, tendo como origem o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), criado na década de 1970 e que se tornou o maior banco de dados sobre povos indígenas no Brasil, o ISA conecta a experiência do trabalho com comunidades e povos tradicionais com atuação política para ajudar a criar políticas públicas a partir das necessidades e demandas dessas populações.

Por meio de escritórios e equipes locais, as raízes estão fincadas em três grandes bacias hidrográficas, que abrigam programas regionais robustos escolhidos por suas características estratégicas e relações já consolidadas pelos fundadores do ISA: a do Rio

© Caio Corrêa/Amazonia Live, 2018

de trabalhar

Negro, área mais remota e preservada do país, a do Xingu, no olho do furacão do avanço do agronegócio na Amazônia, e a do Ribeira de Iguape, onde está o maior remanescente de Mata Atlântica existente, emparedado entre grandes metrópoles nacionais. Em comum, a imensa biodiversidade protegida e, em boa medida, moldada pela presença de comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas, com seus modos de vida que fomentam, atualmente, talvez a maior agrobiodiversidade do planeta. "Por isso, as populações são estratégicas para a conservação da floresta", diz André Villas-Bôas, secretário executivo e sócio-fundador do ISA.

O trabalho é realizado a partir de parcerias 'pé no chão', com as associações formadas pelas comunidades locais, e articulações com outros parceiros e redes regionais, nacionais e internacionais que garantam resultados concretos, muitos deles a partir de ações paradigmáticas. Entre elas, a vitória inédita na justiça, em 2000, de uma ação indenizatória contra a União e a Funai para os índios Panará pelos danos materiais e morais causados pelo contato. Ou a ação judicial, liderada junto com a Rede de ONGs da Mata Atlântica, para impedir o Ibama de autorizar planos de manejo de espécies em extinção na Mata Atlântica. O processo terminou com o órgão ambiental federal condenado a investir recursos em restauração florestal no Estado de São Paulo.

Segundo Adriana Ramos, assessora do ISA e especialista em políticas públicas, nem todas as vitórias se traduzem em ações visíveis. Muitas delas estão relacionadas em não permitir que propostas contrárias aos interesses dessas populações e do meio ambiente avancem no Legislativo, Judiciário ou Executivo. "Em momentos de ameaças e retrocessos como o atual, por exemplo, nosso trabalho é garantir a manutenção de direitos conquistados."

No Xingu, ISA busca envolver populações indígenas e tradicionais com o restante da população para barrar desmatamento e suas consequências

A ilha verde dos xinguanos

A localização estratégica dessa imensa terra indígena e as relações antigas de trabalho com lideranças das 16 etnias do Parque Indígena do Xingu foram determinantes para a escolha da Bacia do Xingu como um dos territórios de atuação do ISA. Além disso, o parque, rebatizado em 2017 pelos xinguanos como Território Indígena do Xingu (TIX), é uma ilha verde rodeada por terras desmatadas pela expansão da fronteira agrícola. O que só reforça a importância dos povos indígenas e tradicionais na conservação da floresta no Brasil.

"A região estava no olho do furacão, cercada por estradas tanto no sentido norte-sul quanto transversalmente. Desde a década de 1980, projetos de incentivo aumentavam as áreas de pecuária que, depois, passaram a ser convertidas em fazendas de grãos, localizadas bem nas cabeceiras do Rio Xingu, que ficam fora do parque indígena", lembra o indigenista André Villas-Bôas, secretário executivo do ISA.

Mas trabalhar apenas com os índios se mostrou insuficiente. Os xinguanos começaram a relatar que a ocupação no entorno do TIX já causava impactos no calendário das roças com rios assoreados, peixes afetados e mudanças no clima.

Apesar da garantia do território, os índios constatavam que suas terras eram um ralo regional de problemas ambientais e pediram ajuda para 'amansar seus parentes brancos'. A partir daí, a atuação do instituto se expandiu para o entorno do território indígena, com a produção de diagnósticos, diálogo intersetorial e uma campanha, incluindo poder público, fazendeiros e outras populações tradicionais, fomentando a restauração florestal, a adequação ambiental e a criação de cadeias de produtos que garantam melhor qualidade de vida para as populações e a conservação da biodiversidade.

O marco desse trabalho se deu em 2004, com o lançamento da campanha Y Ikatu Xingu (Salve a Água Boa do Xingu, na língua indígena kamaiurá), cujo foco era chamar a atenção para a importância de preservar as nascentes. Segundo o assessor do ISA, Rodrigo Junqueira, uma agenda de trabalho teve início na maioria dos municípios da região focada na restauração florestal das nascentes e matas de beira de rio, feita de forma tecnicamente viável e culturalmente adaptada e com menor custo relativo. "Desenvolvemos a técnica da semeadura direta, a muvuca, que consiste em uma mistura de sementes, plantadas a partir de adubação verde e sementes nativas".

© Kelly Lima/ISA, 2017

Saída da 4ª Canoada que percorreu a Volta Grande do Xingu, passando pelos municípios de Altamira, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu

O princípio foi partir do entendimento de como funcionava a sucessão da floresta e aproveitar os conhecimentos e condições locais. O envolvimento de pesquisadores e a validação do sistema pela Academia levaram essa técnica inovadora a ser exportada para outras regiões do país, além de motivar artigos em publicações científicas e ser tema de documentários e reportagens na imprensa.

Rede de sementes

A matéria-prima foi garantida com a criação da Rede de Sementes do Xingu, iniciativa que utiliza os conhecimentos dos índios e agricultores familiares da região. Atualmente, envolve mais de 550 pessoas que tiram parte de seu sustento da coleta, troca e venda de sementes. Em 12 anos, gerou mais de R$ 5 milhões para as famílias coletoras, com a comercialização de 220 toneladas de sementes de 220 espécies nativas para restauração.

Rodrigo Junqueira conta que nesse período foram restaurados em torno 6 mil hectares, a maior parte em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, por proprietários rurais com diferentes motivações, que

Onde e com quem trabalhamos

51 milhões de hectares: Bacia do Xingu (MT e PA)

28 milhões de hectares: Corredor de Biodiversidade do Xingu

16 povos indígenas e parceiros beiradeiros de três Reservas Extrativistas (Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e Rio Xingu, na Terra do Meio, PA)

Nossos principais parceiros

Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio • Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri • Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Xingu • Associação Indígena Kisêdjê (AIK) • Associação Rede de Sementes do Xingu • Associação Terra Indígena Xingu (Atix) • Associação Yudja Mïratu da Volta Grande do Xingu (Aymix) • Climate and Land Use Alliance (CLUA) • Environmental Defense Fund (EDF) • Fundo Amazônia • Fundação Moore • Fundação Mott • Fundação Rainforest da Noruega • Imaflora • Instituto Bacuri • Rede de Cantinas da Terra do Meio • Rede de Cooperação Amazônica (RCA) • União Européia

vão do reconhecimento das alterações provocadas pelo desmatamento – como o desaparecimento de nascentes – a questões legais e busca por mercados diferenciados e certificação. "A grande inovação desse movimento foi a criação de uma agenda de soluções para todos que habitam o território, a partir de conhecimento técnico, enraizamento de princípios, diminuição de preconceitos e confiança entre as pessoas da região".

Algumas parcerias para incentivos econômicos com empresas, como a Natura, também foram realizadas. Somente o projeto Amazônia Live, parceria entre ISA, Funbio, Rock in Rio e Conservação Internacional, entre 2017 e 2019, resultou no plantio de quase dois milhões de árvores na Bacia do Xingu.

Desmatamento e agrotóxicos

Mesmo com todo esse trabalho, dois fantasmas ainda rondam o TIX e toda a região: o uso indiscriminado de agrotóxicos – uma ameaça invisível e cumulativa – e as mudanças climáticas, que já são identificadas pelos índios. Com o aumento da temperatura, tem havido ressecamento da floresta e maior vulnerabilidade ao fogo, com a ocorrência de focos de incêndio na região. Para lidar com a situação, o ISA, junto com o Ibama, tem desenvolvido trabalhos para que os índios tenham maior controle do fogo que usam para fazer roças e consigam combater incêndios de forma eficiente. Desde 1994, o ISA iniciou o monitoramento mensal do desmatamento na região e, desde 2017, da contaminação por agrotóxicos na Terra Indígena Wawi, dos índios Kisêdje, no TIX, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso e a Universidade Federal de São Paulo. Os resultados devem ser publicados ainda em 2019.

Além disso, o ISA colabora com os povos do Xingu no fortalecimento cultural e institucional, apoiando suas associações e a elaboração de seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental. Outra frente do instituto se dá na implantação de energia solar em aldeias do Xingu. O projeto financiado pela Fundação Mott tem apoiado a instalação de energia solar em mais de 40 comunidades, entre escolas e unidades básicas de saúde. "A Atix (Associação Terra Indígena do Xingu) tem uma parceria de longa data com o ISA, que é nosso grande conselheiro. Quando, em 1994, as lideranças do Xingu resolveram criar a Atix era um grande desafio, pois não existiam quase associações administradas por indígenas. O ISA

© Leticia Leite/ISA, 2016

© Rogério Assis/ISA, 2017

nos ajudou a entender como funciona, qual a forma jurídica e é importante nesse processo até hoje. Com o tempo, passamos a desenvolver projetos juntos. Um dos mais importantes foi o desejo das lideranças de substituir os professores brancos por indígenas, pelas questões culturais, o que hoje é uma realidade", afirma Ianucula Kaiabi Suiá, presidente da Atix.

Os indígenas que vivem no TIX com os demais povos indígenas e ribeirinhos da região compõem a Rede Xingu +, uma articulação para a defesa e consolidação do corredor Xingu de diversidade socioambiental, que abrange 28 milhões de hectares e inclui Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Paralelamente ao trabalho no TIX e seu entorno, o ISA realizou, em 2002, várias expedições à Terra do Meio, no Pará, que resultou em um grande levantamento da região de Altamira e na recomendação, acatada pelo governo federal, de criação de um mosaico de Unidades de Conservação, que reconhecesse a ocupação das populações que viviam ali. Entre as novas áreas protegidas, estão três reservas extrativistas (Riozinho do Anfrísio, Xingu e Iriri), com as quais o ISA passou a atuar, sobretudo na cadeia de produtos desenvolvidos por suas comunidades. "Nosso primeiro trabalho com essas populações foi ajudar a trazer infraestrutura, pois estavam marginalizados, sem

© Tui Anandi/ISA, 2017

Página ao lado: (alto) instalação de placa durante atividade do curso de energia solar na Aldeia Piyulaga, dos Waurá e (abaixo) sr. Pedro Pedreira de Castro, cantineiro na Terra do Meio (PA). Acima: equipe do ISA e da Rede de Sementes do Xingu preparam muvuca de sementes em Canarana (MT)

políticas de Estado. O ISA foi facilitador de sistemas de comunicação, transporte por barco, educação e saúde. Tudo isso foi a base para o projeto Territórios de Diversidade, que tem trabalhado na formação de cadeias de valor para os produtos da floresta e feito a ponte das populações do Xingu, índios ou não, com as empresas e os consumidores nas cidades", conta André Villas-Bôas *(ver pág. 19)*.

Entre as diversas ações promovidas para fortalecer a cadeia produtiva nas Reservas Extrativistas o destaque fica com a formação da Rede de Cantinas, coletivos de beiradeiros, indígenas e campesinos organizados para a produção e comercialização de produtos da floresta. Hoje são 27 cantinas que contam com a participação de 15 associações indígenas e ribeirinhas. A rede tem, ainda, oito mini usinas de processamento que por meio de tecnologia e conhecimento tradicional, agregam mais valor aos produtos.

Belo Monte e o direito à consulta

A defesa dos povos da floresta e seus territórios foi a grande causa que deu origem ao ISA, cujos fundadores já acompanhavam o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte desde os anos 1980. Por isso, a partir da licença de instalação da usina, concedida em 2010, o instituto monitora a implementação das condicionantes assumidas pela Norte Energia, responsável pela obra, em relação aos povos indígenas e ribeirinhos afetados. Por isso, o ISA desenvolveu estratégias para informar as comunidades indígenas sobre a legislação, ajudando-os a entender o que significa e a materializar o desejo de ter seu próprio protocolo de consulta. Atualmente, a maior parte delas já possui protocolos e está exercitando com os governos, em suas várias instâncias, maneiras de ser consultada em projetos de estradas e pequenas hidrelétricas.

Esse diálogo pode evitar casos como o da Volta Grande do Xingu, uma curva de 100 quilômetros do rio que banha Terras Indígenas e ribeirinhas, onde os impactos de Belo Monte já são sentidos. Nessa região, o ISA, em parceria com a Associação Yudja Mïratu da Volta Grande do Xingu, vem realizando o monitoramento independente da pesca, cujos resultados foram divulgados em 2018. Foi nesta mesma Volta Grande, antes e depois da construção da barragem, que o ISA realizou uma de suas iniciativas mais inovadoras: a canoada Xingu, expedição ativista que já teve cinco edições.

Na região mais remota do país, no Amazonas e em Roraima, ISA ajuda indígenas a garantir seu direito à terra e ao bem-viver

A valorização da cultura e do território

Região transfronteiriça com a Venezuela e a Colômbia no noroeste amazônico, a Bacia do Rio Negro é a região mais indígena do Brasil, com 23 povos que representam 10% desta população no país. "É uma área remota e a mais isolada fronteira geopolítica brasileira, com paisagens conservadas e grande diversidade de povos, onde as pessoas que fundaram o ISA já tinham relações com grupos concretos, pois havíamos acompanhado, ainda nos anos 1980, a fundação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn)", conta o antropólogo Beto Ricardo, sócio-fundador do ISA.

Essas relações foram construídas a partir de parcerias com os índios para um trabalho voltado a garantir o reconhecimento de seus direitos de forma permanente na Constituição de 1988, viabilizando a cidadania indígena e, já como ISA, colaborando com a demarcação de seus territórios.

A parceria com a Foirn e a instalação de uma base em São Gabriel da Cachoeira, em 1995, propiciou o início de projetos e atividades nas Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro, ainda antes de estarem demarcadas e homologadas. A demarcação foi feita pela Funai e pelo ISA entre 1997 e 1998, criando o maior território indígena em área contínua do país.

Região amazonense conhecida como a Cabeça do Cachorro, porque seu território se assemelha à cabeça desse animal, São Gabriel abarca parte da Bacia do Rio Negro no Brasil. As cabeceiras dos rios formadores do Negro estão fora do país. Por isso Beto Ricardo defende que a bacia deve ser reconhecida como Tromba da Anta - não Cabeça do Cachorro - abrangendo os países vizinhos. A criação da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) ajudou a concretizar essa visão *(ver pág. 24)*.

Atuação em múltiplas áreas

A partir da incorporação em 2009 da Comissão Pró-Yanomami (CCPY) e do estabelecimento de parcerias com a Hutukara Associação Yanomami e outras associações indígenas, o trabalho do ISA na bacia se expandiu.

São várias frentes, que vão do monitoramento e fiscalização do território a projetos de geração de renda, apoiando a produção e comercialização de produtos florestais, e fortalecimento institucional das associações indígenas, como a assessoria aos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), previstos na Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). Até o início de 2020, estarão prontos 11

© Moreno Saraiva Martins/ISA, 2017 (foto acima) e © Claudio Tavares/ISA, 2019 (detalhe)

Otimisoma Sanöma, liderança da comunidade de Kolulu, na região de Awaris (RR), é uma das pioneiras do projeto de coleta e venda dos Cogumelos Yanomami

planos, desde um macro, com toda a região, até alguns temáticos, que vêm sendo elaborados há três anos. Vale registrar que desde 1997, o ISA vem publicando e atualizando mapas das comunidades e dos territórios rionegrinos, destacando-se o *Mapa-livro das comunidades indígenas do Alto e Médio Rio Negro*.

Esses planos e mapeamentos são importantes não apenas para a gestão das Terras Indígenas, mas também para garantir o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas de forma permanente, e fazer denúncias públicas, como a maior invasão de garimpeiros à Terra Indígena Yanomami desde sua criação nos anos 1990, um dos casos mais dramáticos de ameaça aos povos indígenas no Brasil atualmente. A invasão começou no início desta década, com o aumento do preço do ouro, e estima-se que 15 mil garimpeiros estejam na terra Yanomami.

O garimpo ilegal vem sendo monitorado, mapeado e denunciado pelo ISA e pela Hutukara Associação Yanomami. Em 2017, o ISA publicou o mapa *Garimpo ilegal nos territórios yanomami e ye'kwana (Brasil-Venezuela)*, retratando a detonação da floresta e dos rios,

Onde e com quem trabalhamos

23 povos indígenas no Alto Rio Negro envolvidos direta ou indiretamente: uma população de cerca de 24 mil índios e 3.500 famílias que vivem em sete Terras Indígenas: Alto Rio Negro, Rio Apapóris, Balaio, Cué-cué Marabitanas, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa

2 povos indígenas na Terra Indígena Yanomami (AM/RR) – os Yanomami e os Ye'kwana - envolvidos direta ou indiretamente: uma população de cerca de 27 mil índios

Nossos principais parceiros

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) • Fundación Gaia Amazonas (Colômbia) • Associação do Conselho da Escola Pamáali (Acep) • Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié (Acimet) • Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (Acimrn) • Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (Acir) • Associação Escola Indígena UtapinoponaTuyuka (Aeitu) • Associação Escola Indígena Tukano Yupuri (Aeity) • Associação Indígena de Barcelos (Asiba) • GaleriAmazônica • Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) • Wariró Casa de Produtos Indígenas • Coordenadoria Regional da Funai em São Gabriel da Cachoeira (CRRN/ Funai/SGC) • Garupa • Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro • Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) • Kew Royal Botanical Gardens • Museu do Índio / Funai • Museu Paraense Emilio Goeldi • Rede Rio Negro • Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) • Hutukara Associação Yanomami (HAY) • Conselho Indígena de Roraima (CIR) • Fundação Rainforest da Noruega • Embaixada Real da Noruega • Fundo Amazônia • União Europeia • Cafod, Bem te vi • Fastenopfer • Universidade de Boston • Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa) • Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

alcançando grande repercussão nacional e internacional. Em 2016, um estudo conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o ISA mostrou que essa invasão de garimpeiros tem trazido graves danos à saúde dos índios: algumas aldeias chegam a ter 92% das pessoas examinadas contaminadas por mercúrio.

Em 2011, em parceria com o Conselho Indígena de Roraima e a Universidade Federal do Maranhão, o ISA passou a trabalhar na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol no projeto chamado Cruviana: piloto para a produção de energia solar e eólica, deverá ser o primeiro sistema de geração eólica em terra indígena do Programa Luz para Todos, do governo federal.

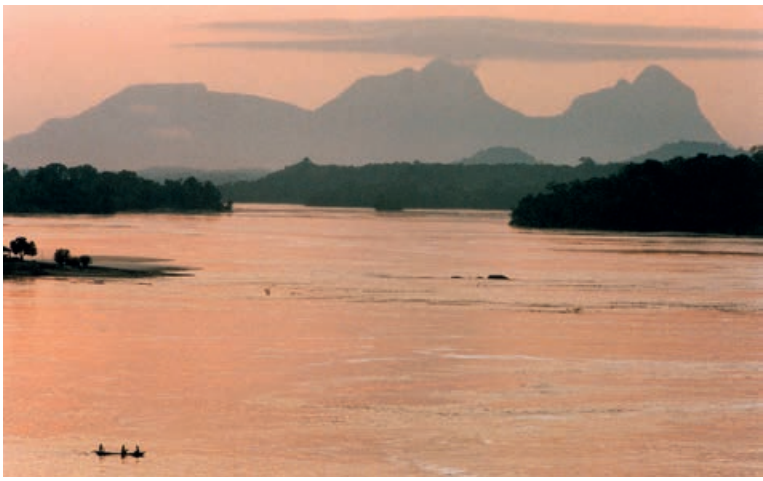
Geração de renda

Em outra ponta, o ISA busca alternativas econômicas contra a cooptação dos índios pelo garimpo. Projetos como o chocolate com cacau nativo da TI Yanomami, a ser lançado em breve, ou de turismo comunitário como expedições ao Pico da Neblina (Yaripo) têm esse objetivo. Outro exemplo de geração de renda são os cogumelos Yanomami, comercializados desde 2016 e que vêm conquistando mercados nacionais e internacionais. Em três anos, os Yanomami coletaram e comercializaram mais de oito toneladas de cogumelos de 15 espécies diferentes. Uma pesquisa e catalogação dos cogumelos resultou, em 2017, no livro *Ana Amopö: Cogumelos Yanomami*, que venceu o Prêmio Jabuti na categoria Gastronomia.

Na mesma linha vem a Pimenta Baniwa. A partir de uma demanda das mulheres baniwa, surgiram as Casas da Pimenta para comercialização da pimenta produzida exclusivamente por elas. Já são cinco casas em vários pontos da TI Alto Rio Negro desde a inauguração da primeira, em 2013. Como os cogumelos, a pimenta está conquistando mercados nacionais e internacionais.

Vale lembrar que a parceria do ISA com os Baniwa é mais antiga. Começou no final da década de 1990 no apoio à comercialização da cestaria dessa etnia, que ganhou as prateleiras de lojas como a Tok&Stok. "Trabalhamos juntos e temos os mesmos objetivos, como a valorização cultural, da educação, a criação de renda para nossos povos e a conservação da biodiversidade", diz André Baniwa, presidente da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi). "É uma parceria na qual temos autonomia total para decidir o que queremos e o ISA nos apoia na parte técnica."

© Rogério Assis/ISA, 2018



© Beto Ricardo/ISA, 1996

Ganharam espaço também as iniciativas de turismo indígena no Rio Negro. A primeira delas foi a Pesca Esportiva Sustentável no Rio Marié, projeto iniciado em 2014 por conta da luta de organizações e lideranças indígenas para retirar pescadores ilegais da região e regulamentar a pesca esportiva. Depois vieram as Expedições às Serras Guerreiras de Tapuruquara, que começaram em 2017 com a participação de cinco comunidades indígenas de Santa Isabel do Rio Negro. Projeto dos Yanomami, as expedições técnicas ao Pico da Neblina (Yaripo), em 2017 e 2018, tornaram viável a subida ao ponto mais alto do Brasil.

Ciência e cultura

Um dos trabalhos mais profícuos do ISA na região, porém, é a produção de conhecimento com os índios, por meio de pesquisas colaborativas interculturais. Foram mais de dez anos de educação escolar indígena, reformando escolas, criando um modelo inovador para as comunidades, com ensino via pesquisa e material nas próprias línguas. Anos depois, com várias turmas de alunos formados nessas escolas, nasceu uma rede de 50 agentes indígenas de manejo ambiental (Aimas), que atuam produzindo conhecimento sobre o meio ambiente e promovendo boas práticas de manejo. Parte

© Carol Quintanilha/ISA, 2018 (foto acima) e © Claudio Tavares/ISA, 2018 (detalhe)

À esq.: (alto) os Yanomami e Ye'kwana trabalham em oficina de cacau e produção de chocolate na comunidade Waikás (RR); (abaixo) serras que contornam o Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira. Acima: inauguração da quinta Casa da Pimenta Baniwa, na comunidade Canadá

dos resultados obtidos podem ser conferidos nas três edições da *Aru – Revista de Pesquisa Intercultural da Bacia do Rio Negro, Amazônia* (2017, 2018 e 2019). Questões relacionadas ao monitoramento ambiental e climático e sistemas agrícolas da região ganham tratamento científico e tornam-se fonte para novas pesquisas.

Desde 2010, vivências cotidianas e rituais de comunidades rionegrinas tinham sido foco de diversos projetos e atividades, registrados e publicados pelo ISA e pela Foirn no livro *Manejo do mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, noroeste amazônico* que levou o Prêmio Jabuti (de 2011), na categoria Ciências Humanas.

Nesse mesmo ano, com apoio técnico de pesquisadores de diversas instituições e do ISA, o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio imaterial cultural brasileiro.

Uma iniciativa de identificação e mapeamento de lugares importantes nas narrativas dos povos indígenas do Rio Negro foi o projeto Mapeo, que envolveu o ISA, a Foirn, a Fundação Gaia, da Colômbia, os ministérios da cultura do Brasil e da Colômbia. Por meio dele, duas viagens foram realizadas desde Manaus até a cachoeira de Ipanoré, considerada origem dos povos Tukano da Bacia do Rio Uaupés, levando um grupo de conhecedores indígenas. O resultado, entre outros produtos, foi o documentário *Pelas Águas do Rio de Leite*, exibido em 2018.

Outros projetos voltados a fortalecer os conhecimentos tradicionais e o diálogo entre os conhecimentos indígenas e não indígenas foram o *Manual dos remédios tradicionais Yanomami, sobre plantas medicinais*; e o *Manual de etnobotânica: plantas, artefatos e conhecimentos indígenas*, pesquisa que envolveu instituições brasileiras e britânicas, para reconectar os índios com as observações e coleções do botânico inglês Richard Spruce.

Da necessidade de gerar e circular informação de qualidade nas comunidades indígenas, frente à crescente disseminação de notícias falsas, surgiu em 2017 a iniciativa Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro. Nela, os comunicadores indígenas realizam e distribuem as notícias produzidas por correspondentes e editores indígenas, conectando as comunidades com o território.

Apoio ao modo de produção dos territórios de quilombos marca atuação do ISA na Mata Atlântica

Roça tradicional garante alimento e conserva a mata

A trajetória do ISA no Vale do Ribeira começou no final da década de 1990, com o Diagnóstico Socioambiental do Vale do Ribeira, a partir do qual estreitou relações com as comunidades tradicionais da região, sobretudo as quilombolas. Localizada no sul do Estado de São Paulo, a Bacia do Rio Ribeira de Iguape é uma região estratégica por abrigar o maior remanescente de Mata Atlântica contínuo existente no país. Um mosaico de Unidades de Conservação protege esse corredor de sociodiversidade, formado, ainda, por comunidades indígenas, caiçaras, caboclas e ribeirinhas, além da alta concentração de remanescentes de quilombos, todos vulneráveis.

Segundo a assessora do ISA na região, Raquel Pasinato, a atuação busca encontrar modelos de desenvolvimento a partir das potencialidades da região, ou seja, da riqueza ambiental e do conhecimento da população. "Começamos a trabalhar com o Quilombo de Ivaporunduva e, a partir dele, expandimos para outras comunidades. Atualmente, temos parceria direta com 19 associações quilombolas", conta.

Mantendo a filosofia de pensar o território a partir da bacia hidrográfica, o ISA também atua junto aos comitês de bacia da região. A ameaça de barragens no Rio Ribeira de Iguape – único grande rio sem barragens na Mata Atlântica –, aproximou o instituto de organizações locais, como o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), para combater empreendimentos de alto impacto. A campanha contra a construção da hidrelétrica de Tijuco Alto começou em 1998 e se manteve até o projeto ser finalmente descartado pelo Ibama no final de 2016. Foram anos de protestos das comunidades locais com apoio do ISA.

Lançada em 2007, a Campanha Cílios do Ribeira pedia a recuperação das matas ciliares no Vale do Ribeira. Em seu bojo, foram realizados mutirões de repovoamento de palmito juçara – espécie nativa da Mata Atlântica ameaçada de extinção e com corte proibido – em oito comunidades quilombolas. Na mesma época, o ISA participou das discussões para a criação, efetivada também em 2017, do Mosaico de Jacupiranga, que reúne 14 Unidades de Conservação contínuas na região.

O trabalho com os quilombolas sempre foi voltado a ajudá-los na criação de alternativas para sobrevivência que dessem condições de permanecerem em suas terras, como o fortalecimento da apicultura, inserindo a atividade no manejo da floresta, ou as oficinas de costura para artesanato em palha de bananeira, que resultaram em um livro lançado pela Associação Quilombo de

© Claudio Tavares/ISA, 2018

Quilombolas participam da 11ª Feira de Sementes e Mudas das comunidades do Vale do Ribeira e divulgam a campanha "Tá na hora da roça", para pressionar o governo de São Paulo a emitir licenças para suas roças

Ivaporunduva, em 2006. Outra publicação, de 2007, contou a experiência neste quilombo com a produção de banana orgânica e deu início ao acesso das comunidades a programas governamentais de aquisição de alimentos, para escolas, creches etc., como os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

A parceria com os quilombolas também resultou em um projeto para o desenvolvimento do Circuito Quilombola de Turismo de Base Comunitária e em um roteiro em seis comunidades, colocado em prática em 2013 e tocado diretamente até hoje pelos próprios quilombolas. "O ISA está sempre conosco, nos ajudando. Precisamos do ISA porque é um parceiro firme e forte", diz João Fortes, do Quilombo de Bombas.

Sistema agrícola tradicional

Trabalhos como esses ajudaram o ISA a perceber o potencial do modelo de produção dessas comunidades, a partir de uma agricultura diversa, que produz alimento e renda para a população. Com isso, em 2013, concluiu

Onde e com quem trabalhamos

19 quilombos com cerca de 900 famílias, em 6 municípios do Vale do Ribeira: Eldorado, Iporanga, Itaóca, Iguape, Jacupiranga e Cananéia

234 agricultores quilombolas da Cooperquivale, cooperativa que conta com o apoio do ISA

150 agricultores envolvidos com os processos de certificação orgânica

Nossos principais parceiros

Associação Bem-te-Vi Diversidade • Fundo Estadual dos Recursos Hídricos/ Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e litoral Sul (Fehidro/CBH-RB) • União Europeia • Good Energies • Associação Biodinâmica • Associações dos quilombos Abobral Margem Esquerda, André Lopes, Galvão, Mandira, Morro Seco, Bombas, Cangume, Poça, Ivaporunduva, Maria Rosa, Nhunguara, Pedro Cubas de Cima, Pedro Cubas, Pilões, Piririca, Porto Velho, Praia Grande, Sapatu e São Pedro • Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale) • Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone) • Grupo de Pesquisa em Ecologia Humana de Florestas Neotropicais • Fundação Florestal (FF/ SMA-SP) • Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA)/ Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo • Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Cidadania (Idesc) do Vale do Ribeira • Iniciativa Verde • Instituto Auá • Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) • Fundação Instituto de Terras "José Gomes da Silva" do Estado de São Paulo (Itesp) • Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab)

o *Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira*, mostrando que a diversidade encontrada na região tem a ver com o modo de ocupar o território. "Usamos a metodologia do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) na produção do inventário e concluímos que a agricultura é a centralidade da cultura e da conservação nessas comunidades", conta Raquel.

A partir daí, os quilombolas, com auxílio do ISA, entraram com pedido para que o Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira se tornasse Patrimônio Cultural Brasileiro, nos moldes do que já havia sido conseguido para a produção de mandioca na região do Rio Negro, no Amazonas *(ver pág. 13)*. O reconhecimento pelo Iphan veio em 2018, e tem permitido construir, com os quilombolas, estratégias para manter esse modo de produção vivo.

Esse sistema é formado por um conjunto de saberes e técnicas aplicadas no cultivo de uma variedade de plantas utilizadas na alimentação, medicina e cultura material. Abrange também os espaços onde se desenvolvem as atividades, os arranjos locais de organização do trabalho, os modos de processar os alimentos, os artefatos confeccionados para este fim e os contextos sociais de consumo. A existência de cada um desses componentes promove – e ao mesmo tempo resulta – um modo de transmissão intergeracional dos conhecimentos baseado na oralidade, no aprendizado presencial e prático.

Sempre procurando trazer experiências bem-sucedidas já testadas, o ISA apoiou a criação e a gestão da Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale) e está fomentando a criação na região de uma Rede de Sementes, além de iniciar conversas com o governo do Estado de São Paulo para que fossem criadas leis ambientais específicas, que se ajustassem às necessidades de produção local. Isso porque algumas normas que proíbem desmatamento são restritivas e impedem as comunidades de abrir suas roças, com fazem há centenas de anos.

"Tá na Hora da Roça"

Com a campanha "Tá na Hora da Roça", realizada em 2018, o ISA, com organizações quilombolas e outros parceiros convidaram a população brasileira a se manifestar e a apoiar a mudança na legislação. Foram conseguidas mais de sete mil assinaturas

© Claudio Tavares/ISA, 2019

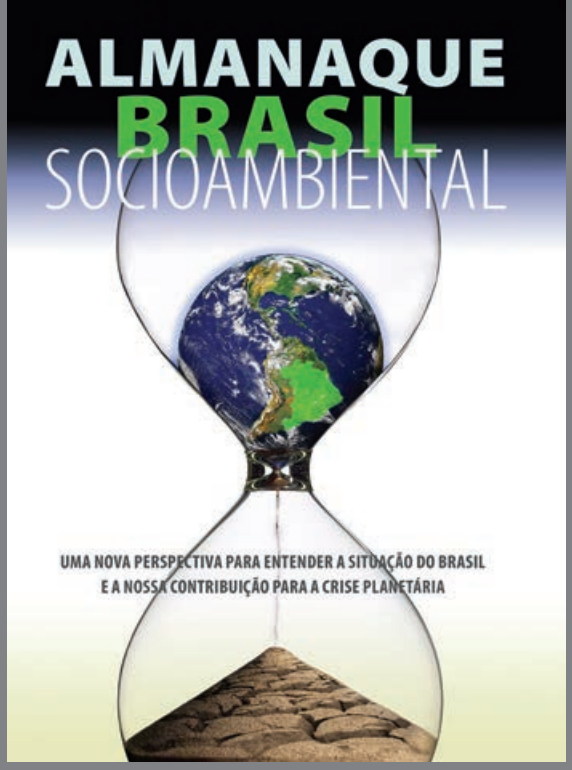
© Felipe Leal/ISA, 2006

Alto: Urias Morato com o filho Eulisses Morato, durante o puxirão em sua roça de milho, no Quilombo São Pedro, em Iporanga; acima: placa do Quilombo de ivaporunduva, o primeiro com o qual o ISA começou a trabalhar no Vale do Ribeira

que colaboraram para que fosse publicada uma nova resolução, de dezembro de 2018, que traz soluções para facilitar o licenciamento das roças. "Agora vamos acompanhar para que as novas regras sejam implementadas. Esse sistema tradicional garante soberania alimentar, renda, identidade e fortalece a tão necessária luta por titulação das terras", diz Raquel.

Em 2017, o ISA também lançou a plataforma *O Ribeira Vale!*, com uma websérie protagonizada pelo designer Marcelo Rosenbaum, que ancorou uma petição pedindo a titulação dos territórios quilombolas no Vale do Ribeira.

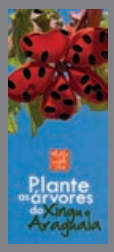
O ISA procura, ainda, envolver os jovens, divulgando a importância desse modo de vida nas escolas e combatendo o preconceito com o trabalho na roça. "O desafio é garantir renda, já que o principal canal de distribuição dos produtos eram os programas do governo federal, política que foi reduzida", explica Raquel. "Nosso foco agora é buscar novos mercados em São Paulo, fazer pontes com feiras, chefes de cozinha, a partir do projeto Territórios da Diversidade *(ver pág. 18)*. Sem comercialização, não há como segurar a população no campo".

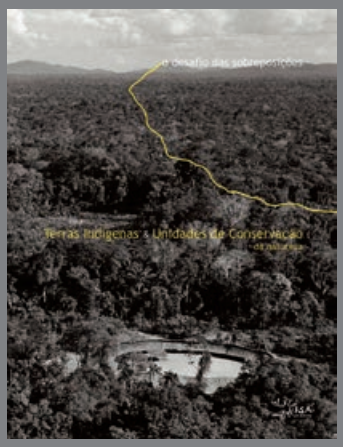

ALMANAQUE
BRASIL
SOCIOAMBIENTAL
UMA NOVA PERSPECTIVA PARA ENTENDER A SITUAÇÃO DO BRASIL
E A NOSSA CONTRIBUIÇÃO PARA A CRISE PLANETÁRIA

MAPA-LIVRO
Povos Indígenas do Rio Negro

Rotas do saque

De Olho na
Bacia do Xingu


Plante
as árvores
do Xingu e
Araguaia


Terras Indígenas x Unidades de Conservação

DESMATAMENTO na AMAZÔNIA
(1970-2013)

XINGU

EDUCAÇÃO ESCOLAR
INDÍGENA DO RIO NEGRO
1998 - 2011
Relatos de experiências e lições aprendidas

ARTE BANIWA

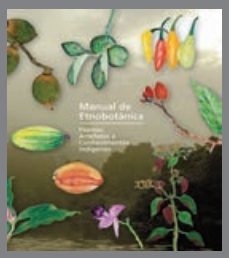
PIMENTA IQUETAIA
BANIWA

KUMURÔ

MIRIM
POVOS INDÍGENAS
BRASIL

Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira

Mineração em Terras Indígenas
na Amazônia brasileira 2013

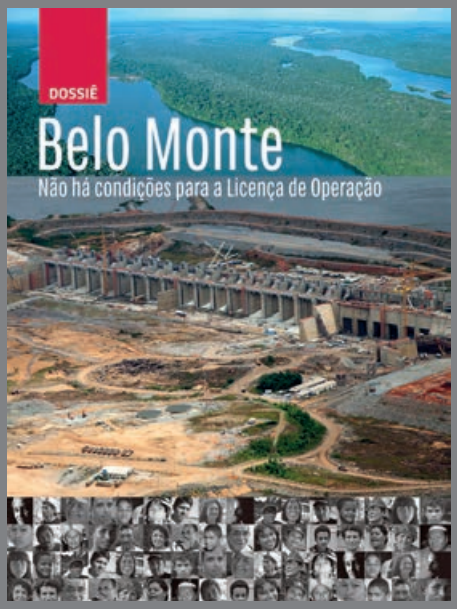

Manual de
Etnobotânica

XINGU
ISA

BIODIVERSIDADE
NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Cogumelos

MANEJO DO MUNDO


DOSSIÊ
Belo Monte
Não há condições para a Licença de Operação

257
Povos
Indígenas
No Brasil
2011/2016
ISA

Da floresta

© Rogério Assis/ISA, 2018

(à esq.) Coletores da etnia Waiwai, em Roraima, participantes do projeto Territórios da Diversidade, lavam castanhas no Rio Anauá

(à dir.) Raimunda Rodrigues, cantineira e gerente da mini usina de processamento de Rio Novo, na Resex do Rio Iriri, na Terra do Meio (PA), visita o box Amazônia/Mata Atlântica, no Mercado de Pinheiros, em SP

Garantia de bem-viver das populações tradicionais em seus territórios depende de sua autonomia

O ISA defende que não basta identificar os inúmeros produtos com os quais as populações tradicionais trabalham, mas preparar mercados para recebê-los. Surgiu assim o projeto Territórios da Diversidade, que promove a conexão das associações e cooperativas com o mercado, estruturando parcerias de longo prazo com empresas para fornecimento de produtos *in natura* ou com pouco processamento, com parcerias e projetos para compras governamentais de alimentos. Também vem colaborando na estruturação de mercados para produtos acabados e de maior valor agregado para o varejo.

As duas primeiras estratégias conseguem movimentar maiores volumes e recursos, como o fornecimento de castanhas para a indústria alimentícia Wickbold e o fornecimento de sementes para projetos de reflorestamento. Em 2018, as associações e cooperativas comercializaram mais de R$ 3,5 milhões para prefeituras, hospitais e organizações sociais em São Paulo e no Pará.

© Lilo Clareto/ISA, 2019

para o mercado

A terceira estratégia leva diretamente ao produto acabado com a marca das comunidades para o consumidor. A Pimenta Baniwa, o Cogumelo Yanomami, a Castanha Vem do Xingu, o Óleo de Pequi do Povo Kisêdjê do Xingu e o Mel dos Índios do Xingu são exemplos de produtos acabados comercializados para o varejo. Raimunda Rodrigues, da Reserva Extrativista do Rio Iriri, é coordenadora da Rede de Cantinas da Terra do Meio, um coletivo de beiradeiros, indígenas e campesinos organizados para a produção e comercialização de produtos da floresta. Ela explica como se dá essa relação. "O ISA divulga nossos produtos, contata as empresas e, agora, falamos diretamente com elas e também com as demais comunidades ribeirinhas e indígenas da região, com as quais atuamos em conjunto."

Uma das principais iniciativas para conectar as comunidades com o mercado é a rede Origens Brasil, que teve início com uma experiência conjunta entre ISA e Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) no Território do Xingu. A rede Origens Brasil é formada por organizações comunitárias, organizações da sociedade civil e empresas com o objetivo de facilitar relações justas e transparentes, com garantia de origem e rastreabilidade do produto. A rede garante, de forma participativa, que os produtos são oriundos de conjuntos de territórios tradicionais reconhecidos, chamados de Territórios da Diversidade Socioambiental, e que são produzidos de forma a promover o modo de vida das comunidades, seus conhecimentos e sua relação com a floresta. "Estudos mostram que a floresta e sua biodiversidade é, em parte, resultado do manejo tradicional indígena praticado por gerações. Promover produtos dos sistemas agrícolas tradicionais dessas comunidades é promover esses modos de vida que protegem os territórios, protegem a floresta e potencializam a biodiversidade ao invés de suprimi-la", diz Jeferson Straatmann, assessor do ISA.

Monitoramento de Terras Indígenas e Unidades de Conservação subsidia atuação do ISA e tem reconhecimento nacional e internacional

Referência em áreas protegidas e povos indígenas

De cientistas de qualquer parte do mundo, a gestores públicos ou estudantes fazendo trabalho escolar, é quase impossível alguém pesquisar povos indígenas no Brasil atualmente e não chegar ao Instituto Socioambiental. O monitoramento sistemático e a produção de dados sobre o tema é uma atividade que definiu a atuação do ISA desde sua fundação e a maior herança que trouxe do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), uma das organizações que lhe deram origem.

"Desde os anos 1980 já tínhamos uma rede de colaboradores sobre a questão indígena. Também recebíamos um *clipping* de notícias dos jornais de todo o Brasil sobre o tema índios e organizávamos e processávamos todo esse material no Cedi, organização que deu origem ao ISA", conta a antropóloga Fany Ricardo, assessora do ISA. "Esse trabalho deu origem ao livro *Povos Indígenas no Brasil*, que teve várias edições a partir de 1980. Chamado internamente de Pibão, atualizado a cada cinco anos, vem adensando o conhecimento sobre esses povos", explica Fany, responsável pela edição do livro, pelo site Povos Indígenas do Brasil, além de uma vastidão de produtos entre enciclopédias, mapas, livros e estudos sobre o assunto produzidos no ISA. A última edição do Pibão abrange o período 2011 a 2016. Uma nova edição está em produção.

Assim que foi criado, o ISA passou a trabalhar com sistemas de informações geográficas e foi a primeira ONG brasileira a mapear a Amazônia. "Começamos a inserir, além das Terras Indígenas (TIs), também as Unidades de Conservação (UCs) e constatamos as sobreposições entre elas", conta Fany.

Para manter esses dados atualizados, o ISA coleta diariamente as informações sobre Unidades de Conservação e Terras Indígenas na Amazônia publicadas no Diário Oficial da União, buscando também informações sobre essas áreas por estado e fora da Amazônia. Com a criação da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) *(ver pág. 24)*, o instituto passou a mapear todo o bioma Amazônia, em seis países.

Plataformas e produtos variados

A partir do monitoramento, que inclui o acompanhamento das políticas públicas relacionadas

© Walter Blos/Programa Waimiri Atroari, 2014

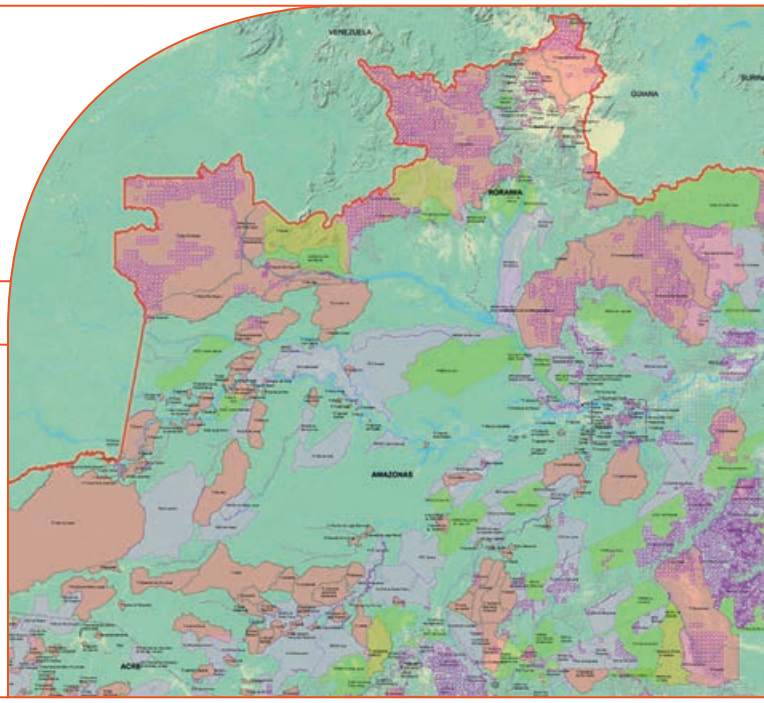
Silvia Futada e Tiago M. dos Santos, do ISA, e os Waimiri Atroari, durante oficina de capacitação do Sistema de Indicadores Socioambientais de Terras Indígenas (SisTI)

à temática socioambiental e das pressões que pairam sobre as áreas protegidas, o ISA produziu também a Enciclopédia dos Povos Indígenas, virtual e única do tipo no Brasil, e o site Povos Indígenas do Brasil Mirim, voltado para crianças e educadores, traduzido para inglês, espanhol, alemão, francês e norueguês.

Nesses *websites* há informações atualizadas sobre quem são os índios, quantos são, como vivem, sua cultura e suas organizações, produtos que disponibilizam e onde podem ser comprados. Trazem, ainda, o que há disponível sobre legislação relacionada a Terras Indígenas e Unidades de Conservação, além de análises e um banco com mais de 180 mil notícias sobre essas questões, capturadas diariamente, com material em inglês e espanhol. "Buscamos gerar transparência de dados. Por isso, temos um grande banco de dados de políticas públicas relacionadas a TIs e UCs", garante Fany Ricardo.

Todas as informações obtidas são mapeadas e dão origem a diferentes produtos sobre mineração e garimpo, obras de infraestrutura, agronegócio, sobreposições, exploração madeireira, situação fundiária e grilagem, em um trabalho conjunto com as áreas de Política e Direito Socioambiental e Comunicação. Mostra disso é a publicação *Terras Indígenas e Unidades de Conservação – o desafio das sobreposições*, ganhadora do Prêmio Jabuti de 2005 na categoria Ciências Humanas. Outro exemplo é o *Webmapa da Amazônia Legal*, lançado em 2017, com informações sobre bacias, biomas, Terras Indígenas e Unidades de Conservação, desmatamento (com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe) e obras de infraestrutura.

"Nossos mapas trazem um sistema que permite a pesquisadores e jornalistas montar as informações como precisam", diz a antropóloga. Nesse mesmo ano, o Google Earth lançou uma plataforma de mapas interativos com histórias sobre os povos indígenas, algumas escritas pela equipe de monitoramento. Em 2018, o ISA também lançou o site Terras+, um painel de indicadores que apresenta um balanço dos principais vetores de equilíbrio do território: estabilidade jurídica, integridade ambiental, integridade ambiental no entorno, integridade territorial, presença de obras, obras planejadas e governança. Nele, o indicador com maior nota é o reconhecimento da terra, considerado a base de tudo.



© Claudio Tavares / ISA, 2010

A construção desse sistema implicou a atuação em campo em 14 Terras Indígenas e mais de 50 aldeias nos estados de Roraima, Amazonas e Rondônia, com diagnósticos socioambientais específicos de cada território. Daí resultaram oito publicações que foram distribuídas para as comunidades que participaram do levantamento. A ideia é fazer o mesmo para Unidades de Conservação.

Outros documentos analíticos foram produzidos pelo ISA, incluindo documentos como *O que o governo Dilma fez (e não fez) para garantir o direito à terra e áreas para conservação* e *Impactos da Proposta de Emenda Constitucional nº 215/2000 sobre os povos indígenas, populações tradicionais e o meio ambiente*. Também realizou estudo sobre obras de infraestrutura que ameaçam povos indígenas isolados na Amazônia e faz o monitoramento mensal do desmatamento em quatro áreas piloto com registros de povos isolados – nas Terras Indígenas Yanomami, Arariboia, Uru-Eu-Wau-Wau e Ituna/Itatá – a partir de uma nova tecnologia baseada em radar, por meio da qual é possível detectar o desmatamento através das nuvens que cobrem a região em determinadas épocas do ano.

O ISA participou também da elaboração de estudos sobre desmatamento e emissão de carbono na

Mapa produzido pela equipe do Monitoramento mostra processos minerários em TIs e UCs na Amazônia Brasileira, atualizado até janeiro de 2019

Amazônia Legal e da publicação do artigo *Litigância climática em busca da efetividade da tutela constitucional da Amazônia*, no livro *Litigância Climática: Novas fronteiras para o direito ambiental no Brasil*. Em parceria com Imazon, Ipam e WHRC, lançou a plataforma Projeta, um manual voltado para as concessões de florestas públicas na Amazônia brasileira. E em parceria com o Centro de Inteligência Territorial da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) vem desenvolvendo estudos sobre o impacto das políticas públicas e obras de infraestrutura na Amazônia.

O instituto mantém, ainda, parceria de conteúdo com diversos museus, como o Museu da Língua Portuguesa (SP), o Cais do Sertão (PE) e o Museu de Viena, reunindo acervo de objetos indígenas, e com a exposição *O olhar de Hercule Florence sobre os índios brasileiros*, na Biblioteca Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo. Durante a elaboração do relatório da Comissão Nacional da Verdade, que investigou as violações aos direitos humanos no período da ditadura militar no Brasil, a equipe foi responsável pela pesquisa e apoio ao capítulo que tratou dos indígenas.

Desde 2017, o ISA disponibiliza o boletim semanal *Fique Sabendo*, com os principais fatos da semana em relação às TIs e UCs, quilombos, populações tradicionais e políticas relacionadas, produzido com base em informações publicadas em mais de cem fontes de notícias, além de diários oficiais da União e dos estados da Amazônia Legal. Reconhecidos nacional e internacionalmente, os websites administrados pelo ISA obtiveram, apenas em 2018, aproximadamente seis milhões de acessos.

O acompanhamento que o ISA vem fazendo dos povos indígenas isolados resultou no livro *Cercos e Resistências*, lançado em julho de 2019. Muitos desses povos vivem em Terras Indígenas e Unidades de Conservação que estão sob ameaça.

"Um dos grandes objetivos do nosso trabalho é combater o preconceito contra os índios e temos conseguido isso ao mostrar que as áreas protegidas, que incluem as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas, prestam um importante serviço ambiental para o país e o planeta. Além disso, nosso esforço de monitoramento ficou ainda mais importante, depois que o governo começou a tirar informações da internet. Por isso, replicamos tudo o que foi feito, cada medida tomada pelo governo federal e pelos governos estaduais", diz Fany Ricardo.

ISA promove a criação de rede transfronteiriça de organizações para produção e disseminação de informações socioambientais geoespaciais na Pan-Amazônia

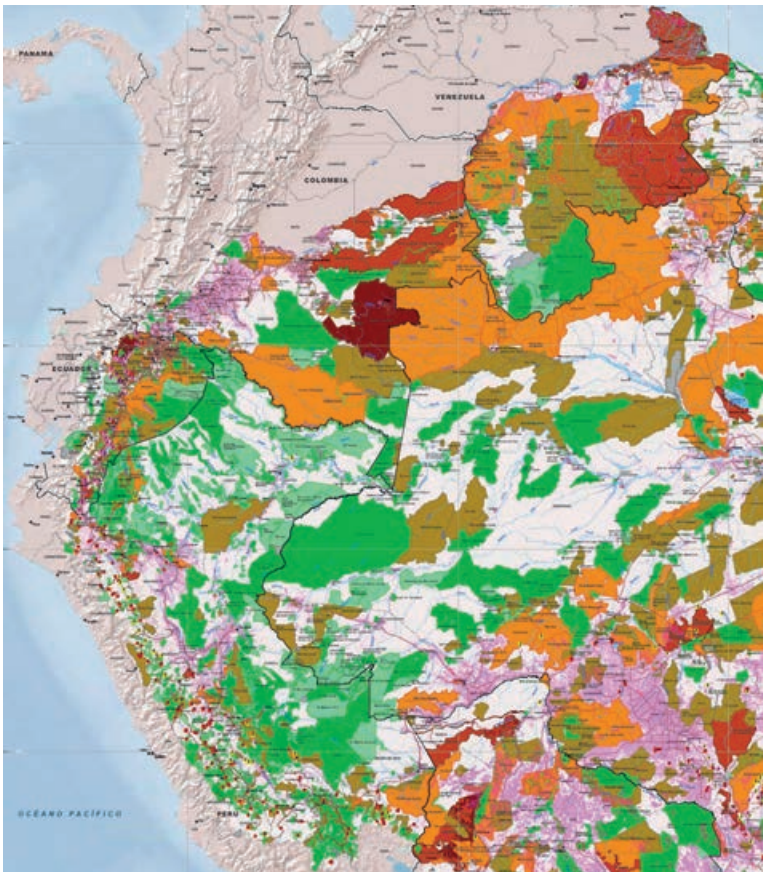
Por uma visão integrada da Amazônia

(abaixo) Mapa de pressões e ameaças sobre territórios indígenas e áreas protegidas, um dos vários produtos que a Raisg lançou

O ISA foi a ONG pioneira no país a ter um laboratório geoespacial e nasceu colocando Terras Indígenas e Unidades de Conservação em mapas. Trabalhou inicialmente para construir uma visão completa da Amazônia brasileira, para em seguida construir uma visão integral da Pan-Amazônia, associando-se com organizações dos países andinos, onde estão as cabeceiras da bacia, e das Guianas que compartilham a floresta amazônica. Para isso, buscou organizações similares ao ISA nos países amazônicos para criar a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg).

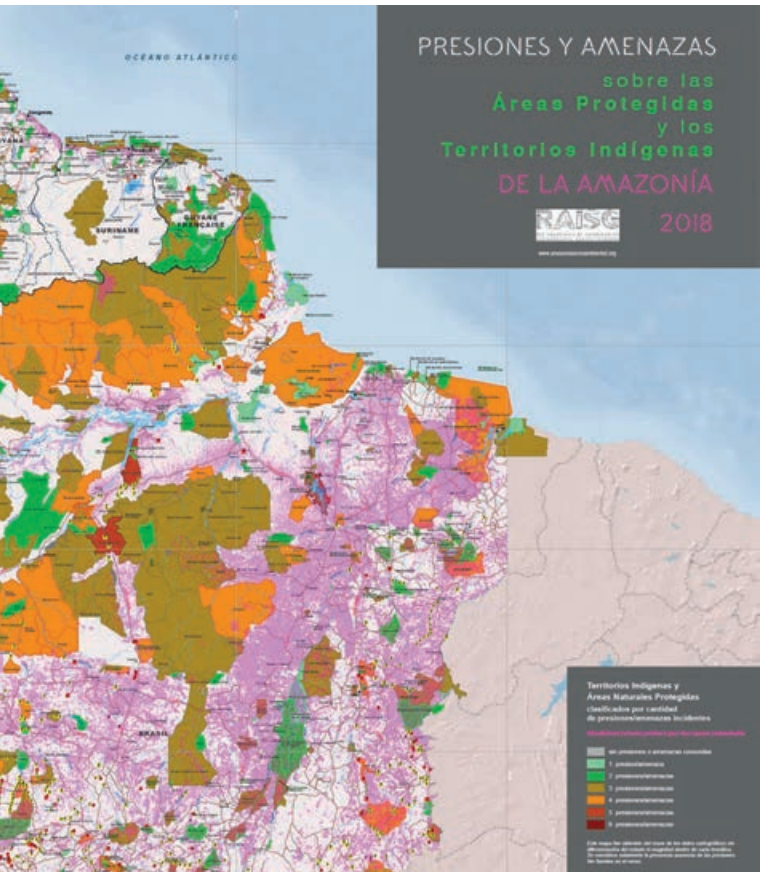
Formada em 2007, a Raisg conta hoje com oito organizações de seis países amazônicos, cada uma com longa experiência em trabalhar com a Amazônia e seus povos: Fundação Amigos da Natureza (FAN, Bolívia), Instituto do Bem Comum (IBC, Peru), Fundação Gaia Amazonas (FGA, Colômbia), Fundação Equatoriana de Estudos Ecológicos (Ecociencia, Equador), Provita e Wataniba (Venezuela), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon, Brasil) e ISA, que idealizou e coordena a iniciativa.

Em seus 12 anos de experiência, demonstrou ser uma das redes mais importantes na produção e disseminação



Vista aérea de garimpos ilegais na TI Yanomami, próximo à comunidade Ye'kwana, região Waikás

© Rogério Assis/ISA, 2018



de informações socioambientais na Pan-Amazônia, tornando-se referência. O resultado foi uma até então inédita visão integrada do ambiente da Amazônia: as áreas protegidas e territórios indígenas, bem como as pressões e ameaças sobre eles, a partir de produtos como o mapa *Amazônia 2009*, atualizado anualmente, evidenciando a conectividade para além das fronteiras. Também em 2009, a Raisg iniciou o mapeamento do desmatamento em todos os países sob uma mesma metodologia e período. Os resultados estão no atlas *Desmatamento na Amazônia (1973 a 2013)*. Entre os diversos produtos lançados pela Rede alguns se destacam. Da sistematização de informações sobre concessões de exploração de recursos naturais em todos os países (mineração, petróleo e gás, hidrelétricas), bem como estradas e queimadas, e da análise das ameaças que atingem Terras Indígenas e Unidades de Conservação, resultou o atlas *Amazônia sob Pressão*. E, no final de 2018, foi lançado o Web mapa *Garimpo ilegal na Amazônia*, acompanhado de *story map*, que teve enorme repercussão nacional e internacional.

A partir de 2018, em parceria com o MapBiomas Brasil, passou a avaliar as mudanças no uso e cobertura do solo para a toda a região amazônica, dando origem ao MapBiomas Amazônia.

ISA atua na formulação, análise e busca de soluções para políticas e legislação, construindo articulações que ampliem o impacto das ações

Em defesa dos direitos dos povos da floresta

Uma equipe multidisciplinar, alinhada com todos os demais programas do ISA, e atuação nos três poderes governamentais em articulação com outras instituições, redes e organizações fazem do Programa de Política e Direito Socioambiental (PPDS) um dos pilares do ISA. É ali que são formuladas ações judiciais como a que obrigou a União a indenizar os índios Panará pela morte de dois terços de sua população causada pelo contato nos anos 1970, quando foram retirados de suas terras e levados à revelia para o Parque Indígena do Xingu. Ou a que obrigou a Eletronorte, nos anos 2000, a indenizar com terras os índios Gavião da Montanha, que haviam cedido parte de seu território para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, nos anos 1980. Outra ação, em parceria com a Rede de ONGs da Mata Atlântica, obrigou o Ibama a reflorestar áreas críticas de Mata Atlântica em Santa Catarina, por ter autorizado desmatamentos irregulares.

"Fazemos um trabalho de monitoramento de políticas públicas e ações de incidência nos três poderes em relação ao tema socioambiental. Ajudamos na formulação, análise, busca de soluções para políticas e legislações. Na prática, mantemos uma rotina de leitura do Diário Oficial, de acompanhamento de projetos de lei no Congresso Nacional, de ações judiciais e de medidas do Executivo que afetem ou são de interesse dos povos e comunidades tradicionais. Monitoramos também tudo que se refere a questões ambientais em geral", explica a assessora do ISA, Adriana Ramos, especialista em políticas públicas.

Para garantir os direitos constitucionais desses povos e da população brasileira em relação ao meio ambiente, o ISA desenvolve parcerias com movimentos sociais e organizações diversas. Um exemplo é o apoio ao Acampamento Terra Livre (ATL) que se realiza anualmente em Brasília há 15 anos.

O PPDS atua em articulação com os programas regionais do ISA e com outras instituições para que demandas locais sejam levadas para a instância federal. É o caso da defesa dos direitos dos índios Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos, de Santa Catarina, que o ISA assumiu junto com outras instituições parceiras. A demarcação de suas terras é questionada na justiça pelo governo do Estado, que alega que eles não estariam no local na data da promulgação da Constituição, em 1988. "Esse é um caso emblemático, pois se refere a tese do Marco Temporal, pela qual só teriam direito aos seus

© Christian Braga/MNI, 2018

Acampamento Terra Livre de 2018 em Brasília (DF)

territórios tradicionais as comunidades indígenas que estivessem ocupando-os em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição", relata Adriana. "A tese ignora o histórico de remoções forçadas e outras violências vivenciadas por muitos povos indígenas, e como está devidamente comprovado nos autos que a teoria do Marco Temporal não se aplica a Morro dos Cavalos, o ISA se pôs à disposição para contribuir com a defesa dos Guarani no Supremo Tribunal Federal (STF)".

A tese do Marco Temporal ganhou destaque durante o julgamento do STF, em 2009, sobre a Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, ocasião em que o ISA também atuou, apoiando o trabalho de defesa realizado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) tendo à frente a então advogada Joênia Wapichana, que se tornou em 2018 a primeira deputada federal indígena eleita no Brasil. O ISA publicou um especial em seu site detalhando a polêmica com notícias, documentos, fotos, mapas e vídeos.

Outro caso foi o da defesa do decreto que regulamenta a titulação de territórios quilombolas, ameaçado por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3239), na qual o ISA foi *Amicus Curiae* e, em conjunto com outras organizações, conseguiu vitória no STF, em 2018, garantindo a validade do decreto. A ação judicial contou com o apoio da campanha #NenhumQuilomboAMenos, voltada a esclarecer a opinião pública sobre o que estava acontecendo.

Congresso Nacional

O acompanhamento dos processos legislativos é uma das linhas mestras da atuação política do ISA desde a sua criação. Sua participação inclui elaborar propostas e sugestões aos parlamentares, articular organizações e formadores de opinião, dar apoio a representantes das populações interessadas para que tenham acesso às autoridades, disseminar informações para a imprensa. Foi assim no caso das alterações ao Código Florestal, que o PPDS acompanhou durante mais de uma década, até a votação final em 2012; ou a criação da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), em 2000.

A regulamentação da lei de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional é outro destaque da atuação do ISA, desde a publicação da Medida Provisória, em 2001, até a promulgação da Lei da Biodiversidade, de 2015.

Adriana Ramos (em pé), do ISA, e Joênia Wapichana, deputada federal indígena, durante a Feira Energia e Comunidades – soluções energéticas para comunidades da Amazônia, em Manaus (AM)

© Silvia Futada/ISA, 2018

Publicações do ISA são referências nessa área, como os livros *Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que, por quê* e *Socioambientalismo e Novos Direitos – Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*.

O monitoramento das propostas em tramitação na Câmara dos Deputados detectou, em 2018, uma que propunha a redução do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, e ajudou a mobilizar ONGs e movimentos sociais, que permitiram barrar a medida. Segundo Adriana Ramos, o trabalho do ISA não é apenas reativo.

Com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e movimentos sociais, o ISA foi protagonista da proposta de desenvolvimento regional para a região da BR-163, também no Pará, que começaria a ser asfaltada no início dos anos 2000. A proposta foi adotada pelo governo federal e deu frutos, como a criação de Unidades de Conservação e formas mais adequadas de planejamento de obras na região, práticas que, infelizmente, não foram incorporadas devidamente nas políticas de governo.

O ISA foi, ainda, o contratante de um estudo, que contou com a participação de várias organizações, para calcular quanto custaria o controle do desmatamento da Amazônia. O resultado desse trabalho foi apresentado ao governo brasileiro e a parceiros internacionais da Noruega e foi um dos elementos que embasou a doação de US$ 1 bilhão que deu origem ao Fundo Amazônia, em 2008. Hoje, o fundo corre o risco de ser extinto pelo governo de Jair Bolsonaro.

No cenário mundial, o ISA busca se articular com redes internacionais para dar visibilidade para casos no Brasil, aproveitando para isso também os grandes eventos globais, como as Conferências das Partes (COPs) da Convenção do Clima e da Convenção da Biodiversidade da ONU.

Durante a COP 8, da Convenção da Biodiversidade, em 2006, em Curitiba, por exemplo, organizou o Coptrix, um conjunto de eventos alternativos com uma abordagem crítica ao evento oficial. Já na COP 15, em Copenhague, em 2009, e na COP 21, em Paris, em 2015, o ISA organizou vários eventos com diversos parceiros, com debates sobre os impactos das mudanças climáticas em seus territórios. Em Paris, apresentou o filme "Para onde foram as andorinhas", realizado em parceria com o Instituto Catitu. Promoveu também em 2008, com a Comissão Pró Índio de São Paulo, um seminário internacional sobre a Convenção 169, da

© Gustavo Amora/Comova, 2017

Quilombolas entregam mais de 110 mil assinaturas coletadas pela campanha O Brasil é Quilombola! Nenhum Quilombo a menos! *ao Supremo Tribunal Federal (STF)*

Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais, que resultou em um especial no site do ISA e em uma publicação.

Comunicação

A incidência política do ISA também se dá pela comunicação. "O objetivo, nesse caso, é sempre político, como a criação do *Copiô, Parente*, um *podcast* voltado para povos indígenas e comunidades tradicionais. Há dois anos, esse projeto envia semanalmente, via WhatsApp, informações para mais de 1.800 pessoas sobre o que acontece em Brasília de interesse dos índios e dos povos da floresta", conta a assessora do ISA. "Já são mais de 100 edições que têm tido um papel importante em comunicar com agilidade para essas comunidades as ameaças que aparecem contra elas".

Nesse trabalho desenvolvido pelo PPDS, o envolvimento das populações interessadas é sempre intenso. É o caso da websérie *Floresta Iluminada – Energia Limpa para os Povos da Amazônia*, lançada pelo ISA em março de 2019. Com três episódios, mostra uma viagem por comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas do Rio Tapajós, Parque Indígena do Xingu e Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. O recado do filme é claro: o Brasil precisa encontrar soluções modernas e sustentáveis para garantir energia às comunidades amazônicas.

De acordo com Adriana Ramos, para o ISA não basta colaborar ou apoiar os povos da floresta, mas dar voz a eles. Para tanto, são realizadas atividades formativas que visam potencializar a incidência política das lideranças indígenas e a atuação de comunicadores indígenas. Um exemplo é a formação em mudanças climáticas organizada pelo PPDS voltado a lideranças indígenas e parceiros da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib) e Rede de Cooperação Alternativa (RCA), em Brasília, em 2017 e 2018.

Motivado pela partida precoce em 2015 da promotora do Ministério Público do Distrito Federal, Juliana Santilli, aos 50 anos, o ISA lançou, em 2018, o Prêmio Juliana Santilli de Agrobiodiversidade. Sócia fundadora do Instituto Socioambiental, a advogada e jornalista foi uma aguerrida ativista em defesa dos direitos dos agricultores e dos conhecimentos tradicionais. "Ela ajudou a construir as bases teóricas do direito socioambiental", diz Adriana. O prêmio, que já teve a primeira edição e será bianual, apoia pesquisas e iniciativas comunitárias de conservação da agrobiodiversidade.

ISA inova em formatos e linguagens para aumentar o apoio da sociedade às comunidades da floresta e à biodiversidade brasileira

Mais alcance, mais impacto

Dar visibilidade às suas causas, parceiros e projetos sempre foi prioridade para o ISA, tanto que, desde o início de suas atividades, investiu na produção de notícias, publicações, vídeos e documentários, além da manutenção de um portal e divulgação de informações *on-line*, como a produção diária do Manchetes Socioambientais, *clipping* de notícias, criado em 2000 e enviado hoje por e-mail a mais de 11 mil pessoas. Com as redes sociais, a organização passou a estar presente no Facebook, Instagram, Youtube, Medium e Twitter.

Grandes destaques dessa atuação foram a participação na Conferência de Meio Ambiente da ONU, no Rio de Janeiro, com a iniciativa Radar Rio+20 - com site, publicação, oficina para jornalistas; a campanha De Olho nos Mananciais e o Abraço da Guarapiranga, em 2006, quando a represa paulistana completou 100 anos. Parceria com a agência de criação NBS resultou em anúncios institucionais icônicos, como Equilíbrio Socioambiental e Pense Bem Antes de Mexer, além de pôsteres, cartazes, e *podcasts* da campanha Y Ikatu Xingu, estrelada por Gisele Bündchen.

Por muitos anos, no entanto, o Instituto Socioambiental teve sua comunicação voltada mais para públicos específicos, como governos, parceiros, imprensa e pesquisadores. Faltava falar diretamente com o cidadão, principalmente o que está conectado na Internet, via redes sociais. Há aproximadamente três anos, o ISA resolveu priorizar essa comunicação mais ampla e passou a realizar campanhas cujo objetivo é ampliar o apoio à organização e suas causas.

Segundo Bruno Weis, assessor do ISA, desde 2016 foram criadas plataformas de participação, sistemas de disparo de mensagens e produção de conteúdo para sites e mídias sociais, inclusive em inglês, além de duas grandes campanhas, incluindo TV, cinema e mídias *off-line*. "As campanhas buscam engajamento e mobilização por meio de uma cobertura 360º, ou seja, que abarque o maior número possível de canais de informação com a sociedade", explica.

A primeira campanha, de 2017, foi #menospreconceiromaisíndio, na qual o ISA convida os brasileiros a olhar os povos indígenas com mais generosidade, respeito e sem preconceito. O objetivo foi desconstruir a ideia de que os índios são menos índios por terem incorporado hábitos e tecnologias não-indígenas ao seu dia a dia.

© Tadeu Jungle, 2016

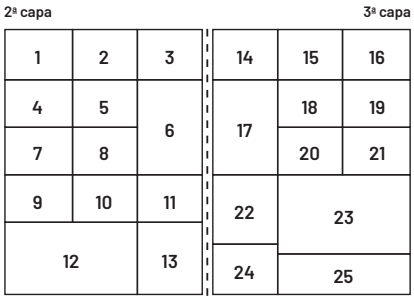
© André Albuquerque/ISA, 2016

Fogo na Floresta, ***filme em realidade virtual, continua atraindo público desde 2017 (alto); no Rio Negro, jovens Baniwa durante gravação da campanha #Menospreconceitomaisíndio (abaixo)***

Lançada neste ano, em comemoração aos 25 anos do ISA, a campanha #PovosDaFloresta busca ampliar o apoio aos índios, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas que resistem aos ataques contra seus direitos e à destruição de seus territórios. A campanha mostra pessoas dessas comunidades falando diretamente ao governo brasileiro, políticos e empresários, principalmente aos garimpeiros, madeireiros, grileiros e demais invasores de suas terras: "Vamos seguir resistindo". Ambas as campanhas institucionais contaram com o apoio da agência JWT e da produtora Pródigo.

Outra campanha de destaque foi "NenhumQuilomboAMenos", mobilização de assinaturas, via redes sociais, para a campanha contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questionava a titulação de terras quilombolas. Mais de 110 mil pessoas assinaram a petição e várias celebridades e ativistas do movimento negro gravaram vídeos e tiraram fotos com a camiseta da campanha. "Também buscamos estar antenados com novas tecnologias. Por isso, produzimos, em 2017, o filme *Fogo na Floresta*, em formato de realidade virtual ativada por óculos, mostrando a vida nas aldeias, o perigo do fogo e da mudança climática no Parque Indígena do Xingu", explica Bruno. Foi o primeiro filme em realidade virtual feito com um povo indígena, gravado na aldeia Piyulaga, do povo Waujá.

Dirigido por Tadeu Jungle, o filme foi ativado em diversas cidades e eventos no País, incluindo o Rock in Rio de 2017, e é o primeiro da história a fazer parte da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo e do festival É Tudo Verdade, levando a mensagem dos índios para muitas novas audiências.



1. **©André Dusek/Agil, 1988:** Durante a discussão do capítulo dos índios na Constituinte, o Cedi (que daria origem ao ISA) apresenta mapa com as Terras Indígenas no Brasil

2. **©Pedro Martinelli/ISA, 2002:** Equipe do ISA em expedição pelo Riozinho do Anfrísio, na Terra do Meio (PA), que resultou em proposta ao governo federal de criação de um mosaico de Unidades de Conservação naquela região do Xingu

3. **©Orlando Brito, 2000:** Teseia Panará diante do TRF1, em Brasília, que deu ganho de causa aos Panará, condenando a União a indenizá-los, em ação movida pelos advogados do ISA

4. **©Pedro Martinelli/ISA, 2000:** Os Xikrin do Cateté comemoram a primeira saída de madeira resultante de plano de manejo florestal sustentável desenvolvido com apoio do ISA

5. **©Murilo Santos/ISA, 1989:** Encerramento do I Encontro dos Povos da Floresta, realizado em Altamira (PA), que debateu o plano do governo de construção da hidrelétrica de Belo Monte, chamada à época Kararaô

6. **©Rafael Hupsel/ISA, 2019:** Davi Kopenawa Yanomami no evento de comemoração dos 25 anos do ISA e lançamento da campanha "Povos da Floresta" na Unibes Cultural, São Paulo (SP)

7. **©Beto Ricardo/ISA, 1988:** Manifestação indígena diante do Congresso em Brasília, durante a Constituinte

8. **©Camila Gauditano/ISA, 2001:** Formatura da primeira turma de professores do curso de magistério promovido pelo ISA no Parque Indígena do Xingu (MT)

9. **©Tatiana Cardeal, 2008:** Abraço simbólico da Guarapiranga, iniciativa do ISA pela preservação dos mananciais de São Paulo

10. **©Orlando Brito, 2002:** Equipe do ISA diante do TRF 1, em Brasília, depois do julgamento da ação dos índios Panará por danos pós-contato contra a União

11. **©Claudio Tavares/ISA, 2009:** Em Adrianópolis, no Vale do Ribeira (SP), manifestação apoiada pelo ISA contra a construção da hidrelétrica de Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguape

12. **©Pedro Martinelli/ISA, 1997:** Equipe do recém-fundado ISA, em São Gabriel da Cachoeira (AM). Da esq. para a dir.: Beto Ricardo, Enrique Svirski, Nilto Tatto, André Baniwa e João Paulo Capobianco

13. **©Felipe Leal/ISA, 2006:** Agricultor quilombola durante mutirão de repovoamento de palmito Juçara, no quilombo Galvão (SP)

14. **©Beto Ricardo/ISA, 1989:** Milton Nascimento com Benki Ashaninka, na época um garotinho, na comunidade Ashaninka do Rio Amônea (AC), em viagem promovida pelo Cedi em apoio aos povos da floresta. Daí resultou o CD Txai

15. **©Laércio Santos Miranda, 2003:** Encontro BR-163 Sustentável em Sinop (MT). Da esq. para a dir.: o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi

16. **©Pedro Martinelli/ISA, 1997:** Marco de bronze indicando a demarcação das Terras Indígenas do Rio Negro

17. **©Lulu Costa, 2006:** Gisele Bündchen apoiou a campanha Y Ikatu Xingu, de recuperação das matas e nascentes do Rio Xingu, gravando vídeos e podcasts

18. **©Luana Capobianco/ISA, 1999:** Encontro de Macapá, promovido pelo ISA, para debater as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na Amazônia

19. **©Marcelo Botelho/ObritoNews-ISA, 2004:** Indígenas do Xingu chegam para o Encontro de Canarana (MT) que resultou na campanha Y Ikatu Xingu, Salve a Água Boa do Xingu, que reuniu de forma inédita, índios, pequenos e grandes fazendeiros, pesquisadores, autoridades e Academia

20. **©Carlo Zacquini, 1993:** Sobreviventes do massacre de Haximu carregam as cinzas dos 16 índios Yanomami que foram mortos por garimpeiros na fronteira com a Venezuela

21. **©Pedro Martinelli, 1995:** Depois de três anos de preparação, os Panará deixam o Parque Indígena do Xingu e iniciam o retorno à parte da sua terra ancestral, no rio Iriri

22. Mapa das cabeceiras do Xingu entre 2000 e 2003, elaborado pelo ISA para o encontro de Canarana, em 2004, mostrando a situação no entorno do PIX

23. **©André D'Elia, 2013:** O cacique Piracumã Yawalapiti é barrado pela Polícia Militar do Distrito Federal na entrada do Congresso durante Mobilização Nacional Indígena

24. **©Claudia Andujar, 1988:** Índio Yanomami empunha a bandeira brasileira em Brasília, durante a Constituinte

25. **©Carol Quintanilha/ISA, 2016:** Equipe do ISA em reunião anual no Sesc Pinheiros, em São Paulo (SP)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNAI
PROTEGIDO POR LEI

Encontro
Nascentes do Rio Xingu

CABECEIRAS DO RIO XINGU
2000-2003

ORDEM E PROGRE

ISA

Daniel Kajanie/ISA
Vamos seguir resistindo.
PovosDaFloresta.eco.br
Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas.
Os guardiões do nosso futuro precisam de ajuda. Apoie os #PovosDaFloresta.
ISA
25 anos
unidos pela diversidade